

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS DE
ANALISTA E TÉCNICO LEGISLATIVO – EDITAL Nº 01/2026

NÍVEL MÉDIO

01300 – TÉCNICO LEGISLATIVO – TIPO B

Frase: Bom uso do tempo aumenta produtividade.

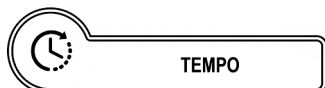
(Transcrever a frase acima para o **cartão-resposta**)



SUA PROVA

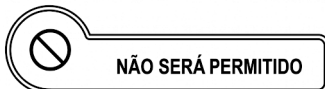
O candidato receberá do fiscal de sala:

- Este caderno de prova, contendo **50 (cinquenta)** questões objetivas; e **1 (uma)** prova discursiva (redação);
- Um **cartão-resposta** destinado às respostas das questões objetivas; e
- Um **caderno de texto definitivo** destinado à resposta da prova discursiva.



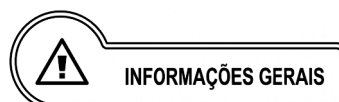
TEMPO

- **4 (quatro) horas** é o tempo disponível para a realização da prova, já incluindo o tempo para a marcação no **cartão-resposta** da prova objetiva, e a transcrição da prova discursiva para o **caderno de texto definitivo**.
- Em hipótese alguma o candidato levará consigo o caderno de prova.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Ausentar-se da sala ou do local de prova sem o acompanhamento de um fiscal;
- Fazer uso de calculadora, relógio de qualquer espécie e/ou agenda eletrônica ou similar;
- Portar, após o início das provas, qualquer equipamento eletrônico e/ou sonoro e/ou de comunicação ligados ou desligados;
- Comunicar-se com outro candidato ou terceiros, verbalmente ou por escrito, bem como fazer uso de material não permitido para a realização da prova;
- Lançar meios ilícitos para a realização da prova;
- Deixar de devolver ao fiscal qualquer material de aplicação da prova, fornecido pelo **IDECAN**;
- Usar sanitários após o término da prova, ao deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Confira seus dados pessoais, cargo, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o **cartão-resposta** e o **caderno de texto definitivo**.
- Identifique no **cartão-resposta** o **TIPO** de caderno de prova, a não identificação no **cartão-resposta**, pelo candidato, acarretará em nota final igual a **0,00 (zero)**.
- Assine seu nome, no espaço reservado, com caneta esferográfica em material transparente, de tinta cor azul ou preta.
- Em hipótese alguma haverá substituição do **cartão-resposta** e/ou do **caderno de texto definitivo** por erro do candidato.
- O candidato deverá transcrever as respostas da prova objetiva para o **cartão-resposta** e da prova discursiva para o **caderno de texto definitivo**, sendo estes os únicos documentos válidos para a correção da prova. O preenchimento do **cartão-resposta** e do **caderno de texto definitivo** será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas no **Edital**, no **caderno de prova**, no **cartão-resposta** e no **caderno de texto definitivo**.
- O **IDECAN** realizará identificação datiloscópica de todos os candidatos. A identificação datiloscópica compreenderá a coleta das impressões digitais dos candidatos.
- Ao terminar a prova, o candidato deverá, **OBRIGATORIAMENTE**, devolver ao fiscal o **caderno de prova**, o **cartão-resposta** e o **caderno de texto definitivo** devidamente assinados, apenas, nos locais indicados.
- Durante a realização da prova, o envelope de segurança com os equipamentos e materiais não permitidos, devidamente lacrado, deverá permanecer embaixo ou ao lado da carteira/cadeira utilizada pelo candidato, devendo permanecer lacrado durante toda a realização da prova e somente poderá ser aberto no ambiente externo do local de provas.
- Os **3 (três) últimos** candidatos de cada sala só poderão sair juntos.
- O gabarito oficial preliminar da prova objetiva será divulgado na Internet, no endereço eletrônico www.idecan.org.br, juntamente com os cadernos de prova, conforme Edital.

PREENCHA MANUALMENTE:

INSCRIÇÃO

NOME COMPLETO



CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

- Leia o texto a seguir:

Justiça e vingança

No escritor romano Tácito, nós encontramos a possível origem de uma ideia que seria repetida por muitos pensadores moralistas e pessimistas: Os homens apressam-se mais a retribuir um dano do que um benefício, porque a gratidão é um peso e a vingança, um prazer. Ofensas perdoadas (como em *Os Miseráveis*, de Victor Hugo) ou causadoras de toda a trama (como na telenovela *Avenida Brasil*) trazem à tona nosso melhor e nosso pior. Em qualquer enredo, o momento em que a sofrida mocinha, que vinha suportando barbaridades desde o primeiro capítulo da novela, finalmente ergue um olhar de rebeldia e esbofeteia a vilã registra pico máximo de audiência. Sim, da Roma de Tácito à França de La Rochefoucauld, vingar-se é um prazer. Se o deleite puder ser envolvido na sua máscara mais frequente, a justiça, chegamos ao nirvana absoluto das delícias humanas. Buscar justiça é mais edificante do que buscar vingança. Nosso demônio interno adora usar a espada do anjo da justiça. A lei de Talião está nas fibras profundas da nossa existência. A vendeta épica, como no filme argentino *O Segredo dos Seus Olhos* (Juan Jose Campanella, 2009), é pouco acessível aos mortais como nós. O custo de uma vingança tão extraordinária como a descrita no filme é o uso de todo o tempo de vida. Tal obsessão implica um ódio e uma memória muito especiais. Poucas pessoas querem pagar o preço enorme da vingança total. Quando conseguem, formam a narrativa de *O Conde de Monte Cristo*, de Alexandre Dumas.

Como não somos santos generosos e extraordinários com o poder de perdão do Monsenhor Bienvenu da já citada obra romântica francesa, também não teremos vinganças dignas de enredos comoventes. Quase todos somos medíocres no amor e nos ódios. Restam-nos as pequenas vinganças... Não tendo acesso ao elenco principal, nosso papel coadjuvante tem sido bem elaborado. Nosso dia a dia é tomado por microprazeres do “olho por olho e dente por dente”.

Recordo-me de uma história narrada por uma grande amiga. Casada com um homem muito incisivo (amo eufemismos), descreveu um episódio de vida turística com o consorte. Estando em Nova York, ela presenciou a compra, e como ele pagou in cash. A responsável, zelosa e cumpridora de uma norma superior, pegou cada nota e a examinou com um pudor único. Olhou contra a luz uma a uma, apalpou, passou o dedo exigente sobre as microrranhuras do meio circulante para, enfim, encerrar o ritual da probidade com uma caneta capaz de eliminar as últimas dúvidas.

O marido em questão, em vez de reclamar imediatamente como estava habituado, assumiu uma posição cordata e silenciosa que trouxe estranheza à esposa, sabedora do seu gênio querelante. Ele sorria. Por que um homem demarcador rígido de espaços sorria diante da desconfiança indireta que lhe era imputada? Obviamente porque já antecipava sua vingança, sua pequena guerrilha de contra-ataque ao ato indigno de pública dúvida sobre sua honestidade.

A quantidade de fregueses à espera era grande na loja no coração de Manhattan. A fila, como muitos sabem, é um valor superior a Deus e à pátria nos Estados Unidos. Terminado o exame inquisitivo, aprovadas todas as cédulas entregues, a mulher deu a ele algumas pequenas notas de dólar como troco. Ele agradeceu, educado como uma moça pudica do velho Sacré-Coeur, e, de maneira teatral, passou a realizar exames no troco que excediam, largamente, o procedimento da funcionária. Cada nota foi apalpada, cheirada e sentida como se nelas residissem as verdades mais sublimes do Altíssimo. Depois, com o ar tranquilo de um monge do Himalaia, pediu a caneta verificadora e passou dezenas de traços em cada nota, exarando com vagar o veredicto final sobre a reta procedência do valor. Checou as imagens, colocou contra a luz e olhou com ponderação minuciosa.

Durante o angustiante procedimento, ele ficava elogiando o cuidado da caixa, dizendo que, de fato, nunca se pode confiar, que ela fazia bem, que era assim mesmo que se evitavam fraudes. Falava em voz alta e louvava a atenção extrema do estabelecimento, paralisando uma possível reação dela com profusos elogios. Finda a liturgia da vingança, agradeceu, bradou mais uma vez para toda a loja que a ação dela era exemplar e que ela e todos da fila deveriam continuar fazendo isso, com arengas contra o estelionato insidioso. Retirou-se, sorridente. A ação tivera efeito similar ao já indicado tapa no rosto da vilã no último capítulo. Catarse completa. Vingança, a doce figura de Tácito, estava impetrada!

Já foi dito que somos bons quando somos bons e somos ainda melhores quando somos maus. Mesmo os mais abnegados professores ocultam pouco um sorriso interno quando o aluno que atenuou sua vida o ano inteiro fica retido no conselho de classe. A mais zelosa das mães que adverte com insistência um filho que leve casaco e recebe um muxoxo em troca talvez exulte internamente quando o birrento reclama que passou muito frio. O castigo é a alma da lei e do sistema da autoridade. Tudo em pais, policiais e professores indica que nossos valorosos conselhos só se tornam importantes quando, ignorados, se transformam em desastres aos que fazem ouvidos de mercador.

Saramago, no diálogo do barco em *O Evangelho Segundo Jesus Cristo*, coloca na boca de Deus-Pai que o demônio é fundamental para a obra celestial. Sem o risco da punição, toda regra amorosa ficaria vazia. E se os fumantes morressem com pulmões de crianças no bosque? E se o consumo de gorduras e doces emagrecesse? E se os medíocres triunfassem? Se os adúlteros tivessem prazeres multiplicados e nenhum ônus decorrente do seu gesto infrator? O que seria da virtude sem o inferno ou o colesterol? Para isso existe a vingança, quero dizer, a justiça... Uma semana amorosa para todos nós, incapazes de pequenas ou de grandes maldades.

1. Na passagem a seguir, o trecho demarcado indica, no contexto em que se insere, uma modalização que:

“Para isso existe a vingança, **quero dizer**, a justiça... Uma semana amorosa para todos nós, incapazes de pequenas ou de grandes maldades.”

- (A) Indica um valor incisivo de verdade, tendo, portanto, natureza epistêmica em se tratando dos conceitos de vingança e justiça.
- (B) Apresenta natureza deôntica, como uma espécie de injunção para aqueles que desejam se vingar.
- (C) Funciona como um operador metadiscursivo, que o enunciador utiliza para retificar seu discurso.
- (D) Expressa um modalizador deôntico de obrigação, ao estabelecer uma norma moral sobre a prática da vingança.
- (E) Atua como modalizador apreciativo, revelando um julgamento positivo do enunciador em relação ao conceito de justiça.

2. A partir do emprego das classes de palavras nos períodos a seguir, indique a correta relação entre a função dos vocábulos em destaque e a sua classificação entre parênteses.

- (A) “Já foi dito **que** somos bons quando somos bons [...]” (pronome relativo)
- (B) “[...] trazem à tona nosso melhor e nosso **pior**.” (adjetivo)
- (C) “[...] finalmente ergue um **olhar** de rebeldia e esbofeteia a vilã [...]” (verbo)
- (D) “Nosso **dia a dia** é tomado por microprazeres [...]” (advérbio)
- (E) “**Durante** o angustiante procedimento, ele ficava elogiando o cuidado da caixa.” (preposição)

3. Tendo por base a estrutura mórfica das palavras ressaltadas em I e em II a seguir, é correto afirmar que:

- I. “O custo de uma vingança tão extraordinária como a descrita no filme é o uso de **todo** o tempo de vida.”
- II. “**Tudo** em pais, policiais e professores indica que nossos valorosos conselhos só se tornam importantes quando, ignorados [...]”

- (A) Em I e em II, as vogais finais representam traços desinenciais positivos.
- (B) I e II possuem morfe zero.
- (C) Em I e em II, não há zeros flexionais.
- (D) O vocábulo em I não possui morfe zero; em II, há zeros flexionais.
- (E) O vocábulo I possui morfe zero; em II, não há zeros flexionais.

4. No contexto do excerto a seguir, as orações subordinadas transcritas em I e em II apresentam função sintática, respectivamente, de:

“Em qualquer enredo, o momento em que a sofrida mocinha, que vinha suportando barbaridades desde o primeiro capítulo da novela, finalmente ergue um olhar de rebeldia e esbofeteia a vilã registra pico máximo de audiência.”

- I. “[...] em que a sofrida mocinha finalmente ergue um olhar de rebeldia [...]”
- II. “[...] que vinha suportando barbaridades desde o primeiro capítulo da novela [...]”

- (A) Adjunto adnominal e adjunto adnominal.
- (B) Aposto e aposto.
- (C) Adjunto adverbial e aposto.
- (D) Adjunto adnominal e aposto.
- (E) Complemento nominal e adjunto adnominal.

5. “Os homens apressam-se mais a retribuir um dano do que um benefício, porque **a gratidão é um peso e a vingança, um prazer.**”

No trecho demarcado, há uma coesão do tipo:

- (A) Parafrástica.
- (B) Dêitica.
- (C) Elíptica.
- (D) Exofórica.
- (E) Anafórica.

6. Atente-se à estrutura sintática dos trechos enumerados no período que segue para assinalar a alternativa correta.

“No escritor romano **Tácito** (1), encontramos a possível origem de uma ideia que seria repetida por muitos pensadores moralistas e pessimistas: **Os homens apressam-se mais a retribuir um dano do que um benefício.**” (2)

- (A) 1 é parte do sujeito da oração, enquanto o trecho 2 constitui o predicado, sendo, portanto, sujeito e predicado dois termos essenciais à estrutura oracional.
- (B) Os trechos 1 e 2 estão na mesma categoria sintática, em que ambos são termos acessórios.
- (C) 1 e 2 têm função adjuntiva, logo são termos de categoria integrante na hierarquia sintática oracional.
- (D) 1, por ser núcleo do sujeito, trata-se de um termo essencial; já o trecho 2, por ser um aposto, tem função integrante.
- (E) 1 é adjunto adnominal, enquanto 2 trata-se de um aposto; logo, 1 e 2 desempenham função acessória na estrutura oracional.

7. “O custo de uma vingança tão extraordinária como a descrita no filme [...]”

A palavra “custo” formou-se por:

- (A) Deverbalização.
- (B) Aférese.
- (C) Síncope.
- (D) Apócope.
- (E) Parassíntese.

8. “[...] nossos valorosos conselhos só se tornam importantes quando, ignorados, se transformam em desastres aos que fazem ouvidos de mercador.”

A oração destacada é tipificada como:

- (A) Subordinada substantiva completiva nominal.
- (B) Subordinada adjetiva restritiva.
- (C) Subordinada adverbial consecutiva.
- (D) Subordinada adverbial proporcional.
- (E) Subordinada substantiva objetiva indireta.

9. O segmento I destacado abaixo pode ser representado pela seguinte estrutura, acompanhando a lógica sintática: D = B R & Y N.

I. “No escritor romano Tácito, nós encontramos a possível origem de uma ideia [...]”

Associando os símbolos empregados, assinale a alternativa que representa corretamente os elementos sintáticos, respectivamente, do segmento destacado no período II a seguir:

II. “Saramago coloca na boca de Deus-Pai que o demônio é fundamental para a obra celestial.”

- (A) D = R B & Y N.
- (B) D = B R & N Y.
- (C) D = R & B N Y.
- (D) D = R & B Y N.
- (E) D = B & R N Y.

10. A partir das funções desempenhadas pelos grupos da sintaxe, assinale a alternativa em que esteja corretamente indicado como a estrutura sintática seguinte deve ser representada graficamente.

“Vingança, a doce figura de Tácito, estava impetrada!”

- (A) ▲ → ■ → ● → ◆ ↔ ■
- (B) ■ → ▲ → ● → ◆
- (C) ■ ← ▲ → ● → ◆
- (D) ■ ← ▲ → ● → ◆ ↔ ■
- (E) ▲ ← ■ → ● → ◆ ↔ ■

Raciocínio Lógico**RASCUNHO**

11. Durante uma semana de organização documental, cinco servidores de um setor administrativo — André, Bruno, Carlos, Daniel e Eduardo — ficaram responsáveis, cada um, por exatamente um dos seguintes documentos: ata, memorando, ofício, portaria e circular.

Sabe-se que:

- André ficou responsável por um documento que, em ordem alfabética, vem depois da ata e antes da portaria.
- Bruno não ficou responsável pelo memorando nem pela circular.
- Carlos ficou responsável por um documento cuja inicial é uma vogal.
- Daniel não ficou responsável pela ata nem pelo ofício.
- Eduardo ficou responsável pela circular.
- O memorando ficou sob responsabilidade de Bruno ou Daniel.

Tendo por base as informações apresentadas, identifique a alternativa que apresenta corretamente o documento elaborado por Carlos.

- (A) Portaria.
- (B) Ata.
- (C) Circular.
- (D) Memorando.
- (E) Ofício.

12. No setor de protocolo de uma Assembleia Legislativa, 120 processos foram classificados conforme três características: possuir assinatura digital, conter parecer jurídico e apresentar comprovante documental. Verificou-se que 72 processos possuem assinatura digital, 58 contêm parecer jurídico, 46 apresentam comprovante documental, 30 possuem assinatura digital e parecer jurídico, 24 possuem assinatura digital e comprovante documental, 18 possuem parecer jurídico e comprovante documental, e 12 possuem as três características. Assinale a alternativa que apresenta, respectivamente, a quantidade de processos que possuem exatamente uma dessas características e a quantidade de processos que não possuem nenhuma delas.

- (A) 72 processos e 2 processos.
- (B) 64 processos e 6 processos.
- (C) 66 processos e 5 processos.
- (D) 70 processos e 3 processos.
- (E) 68 processos e 4 processos.

13. Durante cinco dias consecutivos de expediente, de segunda-feira a sexta-feira, cinco servidores — Ana, Bruno, Carla, Diego e Elisa — ficaram responsáveis, cada um em um único dia, por acompanhar a tramitação de processos administrativos.

Sabe-se que Ana realizou sua atividade antes de Diego; Bruno realizou sua atividade imediatamente depois de Carla; Elisa realizou sua atividade na quarta-feira; Diego realizou sua atividade na sexta-feira; e Carla realizou sua atividade antes de Elisa.

Tendo por base as informações apresentadas, identifique a alternativa que apresenta corretamente o dia da atividade de Bruno.

- (A) Sexta-feira.
- (B) Segunda-feira.
- (C) Terça-feira.
- (D) Quarta-feira.
- (E) Quinta-feira.

14. Em um setor de arquivo legislativo, uma sala retangular será reorganizada para receber novas estantes de documentos. O perímetro da sala é de 38 metros, e o comprimento mede 5 metros a mais que a largura.

Por norma de circulação interna, deve permanecer livre uma faixa de 1 metro de largura ao longo de uma parede maior e de uma parede menor, encontrando-se essas faixas em um dos cantos da sala. Tendo por base as informações apresentadas, identifique a alternativa que apresenta corretamente a área disponível para instalação das estantes.

- (A) 66 m².
- (B) 58 m².
- (C) 60 m².
- (D) 62 m².
- (E) 64 m².

15. Durante uma capacitação administrativa, um instrutor apresentou aos servidores cinco conceitos relacionados ao tratamento de documentos institucionais: protocolo, arquivamento, tramitação, classificação e consulta.

Em seguida, informou que:

- Todo processo submetido à tramitação passou anteriormente pelo protocolo.
- Alguns documentos classificados ainda não foram arquivados.
- Nenhum documento arquivado permanece em tramitação.
- Todo documento disponível para consulta já foi arquivado.

Considerando exclusivamente as informações apresentadas, identifique a alternativa que apresenta uma conclusão necessariamente verdadeira.

- (A) Alguns documentos arquivados ainda não passaram pelo protocolo.
- (B) Alguns documentos em tramitação já foram arquivados.
- (C) Todo documento classificado está disponível para consulta.
- (D) Nenhum documento disponível para consulta está em tramitação.
- (E) Todo documento protocolado encontra-se classificado.

Legislação e Ética no Serviço Público

16. Define o Código de Ética e Conduta dos Servidores da Alece (Resolução nº 783/2026) que os perfis e as contas em redes sociais administrados por servidores, quando direta ou indiretamente associados ao exercício da função pública ou à imagem institucional da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, são considerados de interesse público e submetem-se aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e responsabilidade. Presume-se a existência de interesse público, entre outras hipóteses, quando o perfil do servidor em rede social, corretamente:

- (A) For mantido, total ou parcialmente, com recursos públicos.
- (B) Promover a integridade institucional, fortalecendo a imagem pública da Assembleia Legislativa.
- (C) Contribuir para a formação e o aperfeiçoamento de uma cultura organizacional no âmbito do Poder Legislativo, orientada segundo padrões ético-profissionais.
- (D) Publicar informações institucionais necessárias ao desempenho de suas funções.
- (E) Manter conduta compatível com o decoro funcional e social.

17. Insta a Constituição do Estado do Ceará que caberá à Assembleia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, dispor acerca de todas as matérias de competência do Estado do Ceará, especialmente sobre:

- (A) Ordenar a sustação de contrato impugnado pelo Tribunal de Contas; dispor sobre limites e condições para a concessão de garantias pelo Estado, em operações de crédito, bem como sobre condições para os empréstimos realizados pelo Estado; dentre outras.
- (B) Exercer poder de polícia em seus recintos e para assegurar o cumprimento de requisições e diligências emanadas de suas comissões parlamentares de inquérito; aprovar, por maioria absoluta e voto secreto, a exoneração, de ofício, do Procurador-Geral da Justiça, antes do término de seu mandato; dentre outras.
- (C) Fiscalizar e controlar, diretamente, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta; velar pela preservação de sua competência legislativa, em face da competência normativa dos outros Poderes; dentre outras.
- (D) Autorizar referendo e convocar plebiscito de amplitude estadual; aprovar a intervenção estadual em Município; dentre outras.
- (E) Criação, incorporação, subdivisão ou desmembramento de Municípios, ouvidas em plebiscito as populações interessadas; transferência temporária da sede do Governo Estadual; dentre outras.

18. Vaticina a Resolução nº 751/2022 que a Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, que tem sede na capital do Estado e recinto normal de seus trabalhos no Palácio Deputado Adauto Bezerra, é constituída por deputados eleitos para um mandato de 4 (quatro) anos para exercer suas atribuições no Poder Legislativo estadual, nos termos regimentais, observados os dispositivos constitucionais. A Presidência é o órgão representativo da Assembleia, quando houver de se anunciar coletivamente, regulador de seus trabalhos e fiscal de sua ordem, na forma regimental, cabendo-lhe legitimidade para defesa institucional do Poder. São atribuições do presidente, quanto às sessões da Alece, além de outras regimentalmente expressas ou implícitas, as corretamente enumeradas apenas em:

- (A) Não permitir a publicação de matéria, expressões ou pronunciamentos que envolvam ofensas às instituições, preconceito de qualquer natureza, ou infringentes das normas regimentais; dar publicidade a informações e documentos constantes do expediente; dentre outros.
- (B) Ordenar, em qualquer fase dos trabalhos, quando julgar necessário ou em face de requerimento formulado por deputado, a verificação de presença; permitir a divulgação, a filmagem e a transmissão, por rádio, TV e meios digitais, dos trabalhos da Assembleia, sem ônus para os cofres públicos; dentre outros.
- (C) Presidir as reuniões dos presidentes das comissões permanentes e temporárias, bem como do Colégio de Líderes; designar, por autorização do Plenário, comissão externa e, por indicação dos líderes, os componentes das comissões parlamentares de inquérito; dentre outros.
- (D) Determinar a retirada de proposição da Ordem do Dia; declarar prejudicada qualquer proposição que contrarie os termos regimentais; dentre outros.
- (E) Assinar expediente dirigido à Presidência da República, ao Congresso Nacional, ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados, aos tribunais superiores, aos tribunais federais e estaduais, aos ministros de Estado, aos governadores de Estado e territórios, às Assembleias Legislativas Estaduais e às representações diplomáticas; fazer reiterar os pedidos de informações, na forma deste Regimento; dentre outros.

19. Ensina a Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 – Lei de Acesso à Informação (LAI), que a qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações, define corretamente o conceito de:

- (A) Autenticidade.
- (B) Disponibilidade.
- (C) Primariedade.
- (D) Integridade.
- (E) Sigilosidade.

20. Regula e prevê a Lei Estadual nº 17.091/2019 e alterações (Plano de Cargos, Carreira e Remuneração da Alece) que a movimentação de pessoal entre as unidades administrativas e legislativas integrantes da estrutura organizacional da Assembleia Legislativa consiste na mudança do servidor de uma unidade para outra, por necessidade de reorganização interna dos processos de trabalho, com base no planejamento de recursos humanos. Sobre o tema, está correto apenas o que se afirma em:

- (A) A lotação de cada servidor na unidade administrativa será realizada por ato do Presidente da Alece, que poderá delegar competência ao Diretor-Geral.
- (B) Quando da realocação do servidor, poderão ser observados o planejamento de recursos humanos de cada unidade bem como a especialidade profissional, o seu potencial de trabalho e seu tempo de efetivo serviço.
- (C) A lotação de servidores efetivos para desempenhar atividades em cada Gabinete Parlamentar, destacados para atuar tanto no âmbito interno quanto no âmbito externo de atuação política do Deputado, fica limitada ao máximo de 3 (três) servidores, ficando sob responsabilidade do Gabinete o controle da frequência do servidor.
- (D) O Departamento de Gestão de Pessoas manterá atualizado o Banco de Dados de Competência Técnica, com a qualificação específica e a experiência profissional de cada servidor, a fim de facilitar a realocação dos servidores entre as unidades organizacionais dentro da Instituição.
- (E) A lotação das unidades integrantes da estrutura organizacional será definida pela Mesa Diretora, indicando-se o número de cargos/funções necessários a cada setor, atendendo ao planejamento qualitativo e quantitativo de recursos humanos, não excedendo as quantidades suficientes para suprir as necessidades da força de trabalho.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Durante a revisão de expediente administrativo destinado à comunicação de decisão institucional, verificou-se a necessidade de adequar a redação aos atributos exigidos pela redação oficial, especialmente quanto à compreensão imediata da mensagem pelo destinatário. No contexto da análise, discutiu-se o atributo responsável por assegurar que o texto seja compreendido sem dificuldades interpretativas. À luz dos princípios da redação oficial, assinale a alternativa correta.

- (A) A clareza restringe-se aos documentos destinados ao público externo, não sendo exigida nas comunicações internas.
- (B) A clareza autoriza a utilização de expressões técnicas, independentemente do público destinatário da comunicação.
- (C) A clareza exige que a mensagem seja expressa de forma compreensível, evitando ambiguidades, obscuridades e construções que dificultem a correta interpretação do texto.
- (D) A clareza consiste na reprodução integral de todas as informações disponíveis sobre determinado assunto, ainda que irrelevantes para a finalidade do expediente.
- (E) A clareza permite a utilização de construções que comportem dúvidas interpretações, desde que o contexto administrativo seja conhecido pelos envolvidos.

22. Durante a elaboração de comunicação institucional destinada a diversos setores da Administração, observou-se a necessidade de adequação do texto aos atributos formais da redação oficial. À luz dos princípios da redação oficial, assinale a alternativa correta.

- (A) A impessoalidade impede qualquer referência à autoridade subscritora do documento.
- (B) A impessoalidade exige que a comunicação represente a manifestação institucional do órgão, afastando opiniões, preferências ou interesses particulares do redator.
- (C) A impessoalidade permite a inserção de comentários pessoais quando estes forem compartilhados pela maioria dos servidores do órgão.
- (D) A impessoalidade aplica-se apenas aos atos normativos, não alcançando expedientes administrativos.
- (E) A impessoalidade dispensa a identificação do órgão responsável pela comunicação.

23. Em revisão de ofício destinado à comunicação de providências administrativas, constatou-se que o texto apresentava repetições desnecessárias e trechos excessivamente extensos. Diante disso, discutiu-se o atributo responsável por transmitir a informação necessária com economia de palavras. Com base nos princípios da redação oficial, assinale a alternativa correta.

- (A) A concisão dispensa a exposição dos fundamentos necessários à compreensão do assunto tratado.
- (B) A concisão autoriza a supressão de informações essenciais para reduzir a extensão do documento.
- (C) A concisão exige a utilização de frases curtas, ainda que prejudiquem a compreensão do conteúdo.
- (D) A concisão corresponde à utilização de linguagem simplificada em substituição à precisão técnica.
- (E) A concisão consiste na utilização do mínimo de palavras necessário para transmitir integralmente a informação pretendida, sem prejuízo da compreensão da mensagem.

24. Entre as atribuições do Técnico Legislativo estão a redação e revisão de atas, de modo que o conhecimento sobre esse tipo de documento oficial é necessário. Quanto à finalidade da ata, assinale a alternativa correta.

- (A) A ata destina-se ao registro formal e fiel dos fatos, discussões e deliberações ocorridos durante reuniões, sessões ou assembleias.
- (B) A ata destina-se à comunicação rotineira entre unidades administrativas pertencentes ao mesmo órgão.
- (C) A ata destina-se à solicitação de providências dirigidas a órgãos externos.
- (D) A ata destina-se exclusivamente à publicação de atos normativos.
- (E) A ata destina-se à emissão de pareceres técnicos e deliberações sobre matérias administrativas.

25. Durante a tramitação de certas demandas administrativas, discutiu-se a utilização do expediente mais adequado. Com base no exposto, indique a alternativa adequada.

- (A) O memorando somente pode ser utilizado quando houver hierarquia entre remetente e destinatário.
- (B) O memorando destina-se precipuamente à comunicação entre entes federativos distintos.
- (C) O memorando substitui integralmente o ofício em qualquer situação administrativa.
- (D) O memorando é instrumento utilizado para comunicação administrativa entre unidades pertencentes à mesma organização.
- (E) O memorando é utilizado exclusivamente para registrar reuniões e deliberações colegiadas.

26. Durante a preparação de expediente destinado ao encaminhamento de informações, analisou-se um documento tradicionalmente utilizado para comunicações formais. Dessa forma, assinale a alternativa correta.

- (A) O ofício é o expediente utilizado para comunicações oficiais entre órgãos públicos ou entre a Administração Pública e particulares.
- (B) O ofício é destinado exclusivamente ao uso interno do órgão emissor.
- (C) O ofício substitui obrigatoriamente todos os demais expedientes administrativos.
- (D) O ofício é utilizado apenas para registrar reuniões administrativas.
- (E) O ofício dispensa a identificação do destinatário.

27. Durante a revisão de documento administrativo, verificou-se que determinada frase apresentava alguns termos ambíguos, gerando insegurança quanto à informação transmitida. Nesse contexto, assinale a alternativa correta.

- (A) A ambiguidade representa a utilização de frases curtas e objetivas.
- (B) A ambiguidade corresponde à repetição desnecessária de palavras ou expressões.
- (C) A ambiguidade caracteriza-se pela utilização de termos técnicos especializados.
- (D) A ambiguidade ocorre quando o texto admite mais de uma interpretação plausível, comprometendo a precisão da comunicação.
- (E) A ambiguidade consiste na utilização de linguagem excessivamente formal.

28. Durante a análise de documento administrativo, verificou-se a utilização de construções prolixas, o que dificultou a compreensão da mensagem. Diante disso, assinale a alternativa correta.

- (A) A prolixidade caracteriza-se pela ausência de informações suficientes para compreensão do texto.
- (B) A prolixidade corresponde à utilização de terminologia técnica ao assunto tratado.
- (C) A prolixidade consiste na organização lógica das ideias em sequência coerente.
- (D) A prolixidade corresponde à utilização de linguagem objetiva e direta.
- (E) A prolixidade caracteriza-se pelo emprego excessivo de palavras e informações desnecessárias, comprometendo a objetividade do texto.

29. Em uma auditoria interna realizada em setor administrativo, verificou-se a necessidade de uniformização dos documentos produzidos pelo órgão. Sobre a padronização documental, assinale a alternativa correta.

- (A) A padronização documental impede a adaptação do conteúdo às peculiaridades do assunto tratado.
- (B) A padronização documental contribui para a uniformidade, identificação, organização, controle e recuperação das informações institucionais.
- (C) A padronização documental possui finalidade exclusivamente estética.
- (D) A padronização documental aplica-se prioritariamente a uniformização de documentos físicos.
- (E) A padronização documental dispensa a identificação da unidade emissora.

30. Durante a elaboração de expediente administrativo destinado ao encaminhamento de informações a órgão público diverso, a unidade responsável analisou os elementos estruturais que compõem os documentos oficiais. Com base nas normas e práticas da redação oficial, assinale a alternativa correta.

- (A) O ofício pode substituir qualquer documento oficial independentemente de sua finalidade específica.
- (B) O ofício dispensa a indicação do destinatário quando tratar de matéria de interesse público.
- (C) O ofício deve conter elementos essenciais à comunicação administrativa, tais como identificação do destinatário, assunto, texto, fecho e assinatura da autoridade competente.
- (D) O ofício pode ser expedido sem assunto identificado, desde que o conteúdo esteja descrito no corpo do texto.
- (E) O ofício dispensa assinatura quando elaborado em meio eletrônico.

31. Durante a reorganização dos documentos produzidos por determinado órgão legislativo, discutiu-se o conceito de arquivo e sua distinção em relação a outros conjuntos documentais existentes na Administração Pública. No contexto da análise, tornou-se necessário identificar a definição tecnicamente adequada de arquivo. De acordo com os princípios da Arquivologia, assinale a alternativa correta.

- (A) Arquivo é o conjunto de normas administrativas utilizadas para disciplinar a tramitação processual.
- (B) Arquivo corresponde exclusivamente aos documentos históricos recolhidos para preservação permanente.
- (C) Arquivo é o conjunto de documentos produzidos e recebidos por uma entidade ou pessoa no exercício de suas atividades, independentemente do suporte utilizado.
- (D) Arquivo é todo conjunto de publicações bibliográficas organizado para consulta pública.
- (E) Arquivo corresponde exclusivamente aos documentos digitais produzidos por órgãos públicos.

32. Em um procedimento de gestão documental, determinado órgão promoveu a transferência de documentos que deixaram de ser frequentemente consultados, mas que ainda deveriam ser preservados em razão de prazos administrativos e legais vigentes. No contexto da análise, discutiu-se a aplicação da Teoria das Três Idades dos documentos. À luz dos princípios arquivísticos, assinale a alternativa correta.

- (A) A Teoria das Três Idades estabelece que todo documento deve necessariamente ser eliminado após a fase intermediária.
- (B) A Teoria das Três Idades estabelece que os documentos podem situar-se nas fases ativa, passiva e eliminada.
- (C) A Teoria das Três Idades classifica os documentos em públicos, privados e institucionais.
- (D) A Teoria das Três Idades estabelece que os documentos podem situar-se nas fases corrente, intermediária e permanente, conforme sua frequência de uso e valor administrativo, legal ou histórico.
- (E) A Teoria das Três Idades classifica os documentos conforme seu suporte físico, digital ou híbrido.

33. Durante a análise da movimentação documental de uma unidade administrativa, verificou-se que determinados documentos eram frequentemente consultados para subsidiar atividades em andamento e decisões rotineiras do setor. Nesse contexto, assinale a alternativa correta.

- (A) Os documentos frequentemente utilizados e necessários à condução das atividades administrativas integram o arquivo corrente.
- (B) Os documentos frequentemente utilizados integram necessariamente o arquivo permanente.
- (C) Os documentos em uso constante pertencem ao arquivo intermediário.
- (D) Os documentos correntes são aqueles recolhidos para preservação histórica definitiva.
- (E) Os documentos correntes são exclusivamente aqueles produzidos no exercício financeiro vigente.

34. Durante programa de racionalização dos espaços destinados à guarda documental, determinado órgão promoveu a transferência de processos que já não eram consultados rotineiramente, mas que permaneciam sujeitos a prazos de guarda e eventual necessidade de consulta administrativa ou jurídica. De acordo com a Arquivologia, assinale a alternativa correta.

- (A) Os documentos perdem qualquer valor administrativo ao serem transferidos do arquivo corrente.
- (B) Os documentos transferidos nessa situação passam a integrar o arquivo intermediário, permanecendo sob guarda até sua eliminação ou recolhimento definitivo.
- (C) Os documentos passam automaticamente a integrar o arquivo permanente.
- (D) Os documentos devem ser eliminados imediatamente após deixarem de ser consultados com frequência.
- (E) Os documentos permanecem obrigatoriamente no arquivo corrente até sua eliminação.

35. Em um processo de avaliação documental, verificou-se que determinados documentos apresentavam valor histórico, informativo e probatório relevante para a instituição.

Com base na Arquivologia, assinale a alternativa correta.

- (A) Os documentos permanentes possuem apenas valor administrativo transitório.
- (B) Os documentos de valor histórico devem ser eliminados após o encerramento do processo administrativo correspondente.
- (C) Os documentos permanentes retornam periodicamente ao arquivo corrente para nova avaliação.
- (D) Os documentos permanentes permanecem arquivados apenas enquanto houver disponibilidade física de espaço.
- (E) Os documentos reconhecidos como de valor permanente devem ser recolhidos ao arquivo permanente para preservação definitiva.

36. Durante a organização dos registros de fornecedores cadastrados junto à Administração Pública, optou-se pela ordenação documental com base nos nomes das pessoas físicas e jurídicas constantes dos documentos. Dessa forma, assinale a alternativa que apresenta o método adotado.

- (A) O método de arquivamento adotado é o numérico.
- (B) O método de arquivamento adotado é o alfabético.
- (C) O método de arquivamento adotado é o cronológico.
- (D) O método de arquivamento adotado é o geográfico.
- (E) O método de arquivamento adotado é o ideográfico.

37. Na organização de expedientes administrativos relacionados a contratos públicos, decidiu-se ordenar os documentos segundo a sequência temporal de sua produção e recebimento. Nessa situação, assinale a alternativa correta.

- (A) A classificação documental realizada com base na ordem das datas caracteriza o método numérico.
- (B) A classificação documental realizada com base na ordem das datas caracteriza o método geográfico.
- (C) A classificação documental realizada com base na ordem das datas caracteriza o método ideográfico.
- (D) A classificação documental realizada com base na ordem das datas caracteriza o método alfabético.
- (E) A classificação documental realizada com base na ordem das datas caracteriza o método cronológico.

38. Durante o recebimento de expediente encaminhado por órgão externo, a unidade de protocolo realizou procedimentos destinados à formalização da entrada do documento e ao controle de sua tramitação no âmbito institucional. À luz das atividades próprias do protocolo, assinale a alternativa correta.

- (A) O protocolo é um procedimento facultativo, utilizado apenas quando houver determinação expressa da autoridade competente.
- (B) O protocolo possui como finalidade exclusiva o arquivamento permanente dos documentos recebidos.
- (C) No âmbito do protocolo são realizadas atividades de recebimento, registro, classificação, distribuição, controle e movimentação de documentos.
- (D) O protocolo é uma atividade exercida apenas para os arquivos permanentes.
- (E) O protocolo destina-se exclusivamente à eliminação documental.

39. Durante a tramitação de processo administrativo regularmente autuado, verificou-se a necessidade de inclusão de documento diretamente relacionado ao objeto já discutido nos autos, preservando-se a identidade processual originária. Com base nisso, assinale a alternativa correta.

- (A) A inclusão formal de documento nos autos caracteriza eliminação documental.
- (B) A inclusão formal de documento nos autos caracteriza autuação.
- (C) A inclusão formal de documento nos autos caracteriza classificação documental.
- (D) A inclusão formal de documento nos autos caracteriza juntada.
- (E) A inclusão formal de documento nos autos caracteriza expedição.

40. Durante o recebimento de requerimento apresentado por particular perante órgão público, verificou-se a necessidade de instaurar procedimento administrativo próprio. À luz das rotinas de protocolo e instrução processual, assinale a alternativa correta.

- (A) A abertura formal do processo administrativo caracteriza a autuação.
- (B) A abertura formal do processo administrativo caracteriza a apensação.
- (C) A abertura formal do processo administrativo caracteriza a anexação.
- (D) A abertura formal do processo administrativo caracteriza a juntada.
- (E) A abertura formal do processo administrativo caracteriza a incorporação.

41. Em tramitação de proposição legislativa perante o Poder Legislativo, discutiu-se a fase inaugural do processo legislativo, relacionada à apresentação formal do projeto que dará início à deliberação parlamentar. De acordo com a Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe exclusivamente aos cidadãos.
- (B) A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe exclusivamente ao Chefe do Poder Executivo.
- (C) A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, nos casos e na forma previstos na Constituição.
- (D) A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe exclusivamente aos membros do Poder Legislativo.
- (E) A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe exclusivamente aos Tribunais Superiores.

42. Após a aprovação de projeto de lei pelo Poder Legislativo, a proposição foi encaminhada à autoridade competente para manifestação quanto à sua concordância ou discordância em relação ao texto aprovado. À luz da Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) Se o Chefe do Poder Executivo considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, poderá vetá-lo total ou parcialmente.
- (B) O veto do Chefe do Poder Executivo somente pode ocorrer por motivo de inconstitucionalidade.
- (C) O veto pode ocorrer por motivo de interesse público, desde que comprovada a inconstitucionalidade formal da proposição.
- (D) O veto impede definitivamente a apreciação da matéria pelo Poder Legislativo.
- (E) O veto pode incidir sobre palavras isoladas do texto legal.

43. Determinada lei foi regularmente aprovada, sancionada e publicada, surgindo discussão acerca do momento em que passaria a produzir efeitos jurídicos. Com base na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, assinale a alternativa correta.

- (A) A publicação oficial é dispensável para o início da vigência da lei.
- (B) A lei entra em vigor imediatamente após sua aprovação pelo Poder Legislativo.
- (C) A lei entra em vigor imediatamente após a sanção presidencial.
- (D) Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada.
- (E) Toda lei depende de regulamentação para produzir efeitos.

44. Durante a elaboração de proposta normativa, discutiu-se a necessidade de observância da segurança jurídica e da previsibilidade dos efeitos decorrentes da edição da norma. À luz da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, assinale a alternativa correta.

- (A) A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro veda a utilização de conceitos jurídicos indeterminados pela Administração.
- (B) A decisão administrativa pode fundamentar-se exclusivamente em conceitos jurídicos indeterminados, sem justificativa adicional.
- (C) A segurança jurídica aplica-se exclusivamente ao Poder Judiciário.
- (D) A consideração das consequências práticas da decisão é facultativa para a Administração Pública.
- (E) Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão.

45. Na elaboração de nova lei, verificou-se a existência de norma anterior disciplinando a mesma matéria, surgindo discussão sobre eventual revogação. Com base na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, assinale a alternativa correta.

- (A) A lei nova jamais pode disciplinar integralmente matéria anteriormente regulada.
- (B) A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.
- (C) Toda lei posterior revoga integralmente a lei anterior, independentemente de seu conteúdo.
- (D) A revogação somente ocorre quando houver declaração expressa do legislador.
- (E) A incompatibilidade entre leis não produz efeitos revogatórios.

46. Durante a consolidação de determinado ato normativo, discutiu-se a possibilidade de a lei alcançar fatos ocorridos antes de sua entrada em vigor. De acordo com a Constituição Federal, marque a alternativa correta.

- (A) A proteção à coisa julgada aplica-se exclusivamente às decisões penais.
- (B) A lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.
- (C) A lei pode livremente atingir a coisa julgada sempre que houver interesse público.
- (D) O direito adquirido não possui proteção constitucional.
- (E) O ato jurídico perfeito pode ser desconstituído por qualquer lei posterior.

47. Na análise de um procedimento administrativo, discutiu-se a necessidade de observância dos princípios constitucionais que orientam a atuação da Administração Pública no exercício de suas competências. Com base na Constituição Federal, identifique a alternativa correta.

- (A) O princípio da legalidade não se aplica às entidades da Administração Indireta.
- (B) O princípio da legalidade aplica-se prioritariamente à Administração Pública direta.
- (C) O princípio da legalidade autoriza o agente público a praticar qualquer ato que não seja expressamente proibido em lei.
- (D) O princípio da legalidade restringe-se às atividades de natureza financeira e orçamentária.
- (E) A Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá, entre outros, ao princípio da legalidade.

48. Durante auditoria realizada em órgão público, verificou-se a necessidade de assegurar publicidade e acesso às informações relativas aos atos praticados pela Administração. De acordo com a Constituição Federal, a publicidade:

- (A) Restringe-se aos atos praticados pelo Poder Executivo.
- (B) Constitui faculdade da Administração Pública, podendo ser observada apenas quando houver interesse do gestor.
- (C) Aplica-se exclusivamente aos atos normativos.
- (D) Constitui princípio da Administração Pública e destina-se a conferir transparência à atuação administrativa, ressalvadas as hipóteses legais de sigilo.
- (E) Impede a existência de hipóteses legalmente protegidas de sigilo.

49. Em processo de reorganização administrativa, discutiu-se a necessidade de aprimorar a qualidade dos serviços públicos prestados à população, com racionalização dos recursos disponíveis e melhoria dos resultados institucionais. De acordo com a Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) A eficiência restringe-se às atividades de natureza econômica desenvolvidas pelo Estado.
- (B) A eficiência constitui diretriz sem previsão constitucional.
- (C) A eficiência constitui princípio da Administração Pública e impõe a busca pelos melhores resultados possíveis na prestação dos serviços públicos.
- (D) A eficiência aplica-se exclusivamente às entidades privadas contratadas pelo Poder Público.
- (E) A eficiência autoriza o descumprimento da legalidade sempre que isso resultar em maior produtividade.

50. Durante a revisão de ato administrativo que resultou na imposição de obrigação a particular, discutiu-se a necessidade de fundamentação adequada da decisão adotada pela autoridade competente. À luz da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, indique a alternativa adequada.

- (A) A decisão que decretar a invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa deverá indicar de modo expresse suas consequências jurídicas e administrativas.
- (B) A autoridade administrativa pode impor sanções sem necessidade de fundamentação específica, desde que haja interesse público.
- (C) A motivação das decisões administrativas constitui faculdade do agente público.
- (D) A indicação das consequências jurídicas da decisão somente é exigida no âmbito judicial.
- (E) A fundamentação das decisões administrativas restringe-se à simples identificação da autoridade responsável pelo ato.

PROVA DISCURSIVA (REDAÇÃO)

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para o respectivo **caderno de texto definitivo**, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos. O texto deverá conter a extensão mínima de **20 (vinte)** linhas, e máxima de **30 (trinta)** linhas.
- Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de **30 linhas** será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito no **caderno de texto definitivo**.
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente.
- Será admitida a assinatura apenas no campo apropriado.
- O caderno de texto definitivo será o único documento válido para avaliação da prova discursiva.
- A prova discursiva compreenderá a elaboração de 1 (um) texto dissertativo-argumentativo de, no mínimo, 20 (vinte) e no máximo 30 (trinta) linhas, e valerá, no máximo, 20,00 (vinte) pontos, sobre tema a ser anunciado no caderno de prova, que refletirá questões contemporâneas e sociais de relevância, que exigirão do candidato uma abordagem crítica e bem fundamentada na redação.

TEXTOS MOTIVADORES

Texto I

Constituição Federal de 1988

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

§ 2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes grupos étnicos nacionais.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I. as formas de expressão;
- II. os modos de criar, fazer e viver;
- III. as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV. as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V. os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

Texto II

A identidade em questão

A questão da identidade está sendo extensamente discutida na teoria social. Em essência, o argumento é o seguinte: as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado. A assim chamada "crise de identidade" é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. Adaptado.

Texto III

Para Adorno e Horkheimer, Indústria Cultural distingue-se de cultura de massa. Esta é oriunda do povo, das suas regionalizações, costumes e sem a pretensão de ser comercializada, enquanto aquela possui padrões que sempre se repetem com a finalidade de formar uma estética ou uma percepção comum voltada ao consumismo. E, embora a arte clássica, erudita, também pudesse ser distinta da popular e da comercial, sua origem não tem uma primeira intenção de ser comercializada e nem surge espontaneamente, mas é trabalhada tecnicamente e possui uma originalidade incomum – depois pode ser estandardizada, reproduzida e comercializada segundo os interesses da Indústria Cultural.

João Francisco P. Cabral, Departamento de Filosofia da UNICAMP. Adaptado.

Texto IV

A cultura se desenvolve por meio da hibridização, processo em que diferentes tradições se combinam. Assim, a estilização de manifestações populares pode representar renovação cultural, desde que preserve os elementos identitários que lhes conferem significado histórico. As culturas contemporâneas se constituem por meio de misturas e de intercâmbios, em que o contato entre tradições e entre novas linguagens não é necessariamente negativo. Logo, a estilização pode representar inovação artística, desde que não provoque o desaparecimento das referências culturais originais.

CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. Tradução de Heloísa Pezza Cintrão e Ana Regina Lessa. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2019. Adaptado.

Texto V

“De braços abertos para a tradição: há 50 anos, o Arraiá do Zé Testinha perpetua a cultura nordestina do cangaço no São João”



Créditos: Thuanny Albuquerque.

PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo, em modalidade escrita formal da língua portuguesa, sobre o tema **“Os desafios para a preservação dos valores identitários da cultura brasileira diante dos processos de estilização cultural”**, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista em no mínimo 20 e, no máximo, 30 linhas, sem contar o título.

RASCUNHO

1	
5	
10	
15	
20	
25	
30	



